CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE nº 2049/72

INDICAÇÃO CEE Nº 047/76

Aprovada por Deliberação de

22/ setembro/1976

Com. ao Pleno em 29/09/76

INTERESSADO: Instituto Municipal de Ens. Superior de S. Caetano do Sul

ASSUNTO: Aprovação de Banca Examinadora para defesa de tese de doutoramento de Roberto Joaquim Pereira

CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU - Delegação

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau, tomando conhecimento do Processo CEE nº 2049/72, de interesse de Roberto Joaquim Pereira, que trata da realização de defesa de tese de doutoramento em Ciências junto ao Departamento de _____

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx no Instituto Municipal de Ens. Superior de S. Caetano do Sul, manifesta-se favorável ao prosseguimento da defesa de tese, e nos termos da Deliberação CEE nº 09 de outubro de 1973 e Portaria GP nº 05/73, APROVA, a constituição da seguinte Banca Examinadora:

1. Prof. Dr. Cândido Theobaldo de Souza Andrade
2. Prof. Dr. José Cretella Júnior
3. Prof. Dr. Odilon Nogueira de Matos
4. Prof. Dr. Antônio Paschoal R. Agatti
5. Prof. Dr. Teófilo Cavalcanti Filho

SUPLENTE:

1. Prof. Dr. Tercio Sampaio Ferraz Júnior
2. Profª Drª Sara Daviá

Presentes os nobres Conselheiros: Alpíolo Lopes Casali, Celso Volps, Dalva Assumpção Soutto Mayor, Henrique Gamba José Antônio Trevisan, Moacyr Expedito Marret Vaz Guimarães, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Paulo Gomes Romeo e Paulo Nathanael Pereira de Souza.

Foram vencidos os votos dos Conselheiros Alpíolo Lopes Casali e Celso Volpe, nos termos de Declaração de Voto em separado.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 22/setembro/1976

a) Conselheiro: Paulo Gomes Romeo - Presidente -

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO

Distinguimos o doutoramento pela via da defesa de tese, realizado nos antigos estabelecimentos isolados de ensino superior do Estado daquele doutoramento pretendido pelos estabelecimentos-isolados de ensino superior oficiais municipais.

Para o primeiro havia um decreto explícito e manifestação concordante o Conselho Federal de Educação.

Para o segundo doutoramento não há lei, nem decreto. E o decreto estadual não se lhe estende.

Portanto, o doutoramento nas escolas municipais há de estar expressamente previsto no seu regimento, por sua vez, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

No caso, o regimento da escola de Catanduva é omissivo; ou melhor, não previu tal doutoramento.

Ademais, o doutoramento há de ter validade interna-corporis. Seria um meio para o aperfeiçoamento ou especialização do seu corpo docente.

No caso, ignora-se qual o candidato que é professor da escola, qual o que pretende fazer uso externo do seu título.

Por isso, somos vencidos.

São Paulo, 22 de setembro 1976

a) Conselheiro: Alpíolo Lopes Casali

Subcrevo o voto vencido do Cons. Alpíolo Lopes Casali.

a) Conselheiro: Celso Volpe